

"Caso Skol" no

Maciel explica contrato mas não convence senador. Comissão

Depois de esclarecer o "Caso Skol-Caesb", surgido após a assinatura do acordo em que a companhia dispensou a empresa de pagar a tarifa de água por quase 10 anos, o secretário de Serviços Públicos do GDF, Geraldo Maciel, falou três horas, não convencendo o senador Itamar Franco (PMDB-MG), autor do requerimento de sua convocação pela Comissão do Distrito Federal do Senado. Itamar Franco anunciou que convocará outras autoridades envolvidas, considerando estranho que "enquanto o pequeno consumidor é obrigado a pagar suas contas sob pena de ter o serviço cortado, uma grande e poderosa companhia multinacional tem suas dívidas perdoadas".

Na reunião de ontem, com o voto contrário de Itamar Franco, a maioria governista aprovou, finalmente, a "Taxa do Lixo", que deverá ser cobrada dos brasileiros a partir de janeiro de 1982. O senador mineiro justificou sua posição contrária ao novo tributo lembrando que o governador Lamaison classificou o projeto de "comunitário", sem no entanto ouvir a comunidade. Itamar reportou-se ao fato de, como relator da matéria na Comissão, ter tomado a iniciativa de recolher a posição da OAB - DF, Associação Comercial, Associação Comercial e Industrial de Taguatinga, além de várias associações de moradores, todos contra a instituição da "Taxa do Lixo".

A matéria irá ao plenário do Senado dentro de uma semana, no máximo, "por ser do interesse do Governo", sublinhou Itamar, para posterior sanção do Presidente da República.

AFOITO

Geraldo Maciel gastou maior parte do tempo fazendo um histórico do caso, que remonta ao ano de 1967, quando as cervejarias que acabaram passando ao controle da SKOL conseguiram da Novacap autorização para compra de terrenos no Gama e utilização das águas do córrego Crispim, naquela cidade-satélite.

Mostrando incrível memória para datas e ofícios, o secretário, no entanto, deixou de citar o ano de 1976, época em que ele mesmo se pronunciou contra a isenção de pagamento dos débitos por parte da cervejaria. Maciel sustentou que em 1979, quando o acordo foi assinado, perdoadando as contas da Skol, "a situação era diferente", com o que não

nacional, a Caesb, é obrigada a assinar um acordo perdoadando parte da dívida, "enquanto o consumidor pobre, se deixar de pagar, tem o serviço cortado". Quanto à alegação do secretário de que havia um fato novo anos após ter se manifestado contra o acordo, o senador não concordou, reiterando que em maio de 79 o Tribunal de Justiça havia declarado a improcedência jurídica da pretensão da Skol, o Governo estava ganhando todas as ações, "e, no entanto, em dezembro de 1979 foi celebrado o malsinado acordo".

DEPOIMENTOS

Durante os debates surgiu o nome de Reginaldo Oscar de Castro, ex-assessor jurídico da Caesb e representante da SAB na assembleia geral dos acionistas da empresa de água e esgotos, que aprovou as contas de 1979. O advogado será convocado a depor na Comissão, por causa de carta por ele enviada à Procuradoria - Geral e ao governador, sugerindo nova assembleia, "depois de saber pela imprensa de que havia fatos novos com relação ao acordo".

Na primeira assembleia, Reginaldo de Castro afirma que votou pela aprovação das contas, com a ressalva de que os acionistas pudessem examinar todo o processo. Só depois de assinar as contas o advogado soube, pelos jornais, do caso "Skol-Caesb", pedindo nova reunião, "para não comprometer o nome do governo e dos signatários", o que afinal foi feito, sendo referendada a aprovação.

Itamar Franco considerou da maior gravidade o fato de o Senado não ter conhecimento, até então, da existência desta carta, observando que se não fosse o advogado não haveria nova assembleia, anunciando que pedirá a tomada de seu depoimento. Antes de concluir seu pronunciamento, o senador voltou a afirmar que "este acordo não foi tão benéfico como se pretende colocar, pois o Poder Público se acovardou perante uma empresa multinacional. A alegação de que precisava de dinheiro não serve porque a Caesb tinha tudo para ganhar a questão, sem necessitar recorrer ao malsinado acordo".

ESTRUTURA

Outra observação do senador durante a reunião da Comissão foi sobre a falta que faz uma representação política em Brasília. O parlamentar informou que tentou obter infor-

Foto: ANAUTO CRUZ

Senado Federal
006
Reportagem 0069

do DF aprova Taxa do Lixo

Senado

AZILIENSE

concordou Itamar Franco, sendo lembrado pelo secretário de que havia na Justiça vários processos da cervejaria, "que só Deus sabe quando seriam resolvidos".

Itamar então citou outros despatches de autoridades do GDF contrários às intenções da empresa particular, inclusive do Tribunal de Justiça do DF, afirmando que o acordo foi prejudicial ao GDF. O senador insistiu que em 11 de novembro de 1976 o Tribunal e várias assessorias jurídicas do GDF negaram amparo legal às pretensões da Skol, acusando o Governo de ter sido "lento" em aceitar o acordo.

Maciel sustentou que o acordo foi a única forma de resolver logo a questão, alegando que, "a partir de então, até o dia 31 de outubro último, já recebemos mais de sete milhões de cruzeiros desta empresa, que estão sendo aplicados na rede de esgoto do Núcleo Bandeirante, QNG de Taguatinga e na Sapolândia, também em Taguatinga".

O secretário disse que não seria justo continuar brigando na Justiça "e obrigar a Caesb a perder até 50 milhões de cruzeiros, tão importantes para levarmos água e esgoto à comunidade".

Itamar Franco, nesse ponto, asseverou que para receber o que he é devido por uma multi-

mações sobre o acordo mas, "lamentavelmente, a Comissão do Distrito Federal não tem estrutura para oferecer as mínimas condições de legislar sobre os assuntos da Capital da República". Depois de pedir 10 minutos para examinar a documentação levada por Geraldo Maciel, Itamar ironizou, dizendo que "nem que eu fosse um computador poderia digerir todo o material, sem falar que participo de outras cinco comissões e ainda tenho que lutar pelos problemas de meu Estado".

Acusando a Comissão do DF de apenas "aprovar a toque de caixa tudo que vem do Executivo", Itamar citou a sessão do Senado da última quarta-feira, quando estava em votação o pedido de crédito suplementar de quase cinco bilhões de cruzeiros para o GDF, "enquanto os parlamentares estavam preocupados com a sucessão no Mato Grosso do Sul".

Por fim, o senador disse não ter intenção de classificar o acordo de "honesto ou desonesto", mas apenas de clarear a questão, ressaltando não entender "a falta de sensibilidade e o descaso das autoridades para com Brasília, que até hoje sofre as consequências da falta de uma representação política, preocupada exclusivamente com seus problemas".